



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

CONTRATO Nº 2019046/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

Processo LC n.º 046 – Homologado em 04/04/2019

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
O Presente Nº 4612
de 30/04/19 PL 33/34
Ana
Visto

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Boletim Nº 4671
de 29/04/19 PL
Ana
Visto

Contrato de fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa **CRISTIANO STAADTLOBER - MEI**, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor Leomar Rohden, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.630.683-0/PR e do CPF nº 550.079.379-91, residente e domiciliado na Rua Guaratuba, n.º 398, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná,

CONTRATADA: **CRISTIANO STAADTLOBER - MEI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.677.776/0001-43, com sede à Rua Campo Mourão, nº 2448, Centro, Município de Pato Bragado - PR, CEP 85.948-000, Fone: (45) 99917-8314, neste ato representado por seu proprietário, Sr. Cristiano Staadtlober, residente em Pato Bragado - PR, inscrito no CPF sob o n.º 057.948.669-93, RG 8.601.018-6, acordam e ajustam o presente contrato, nos termos da Lei N.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações subsequentes e legislação pertinente, Licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 027/2019** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, observações e responsabilidades das partes.

Cláusula primeira – Do Objeto:

Prestação de Serviços de ensino e desenvolvimento de atividades junto ao Departamento de Cultura do Município, nas condições e quantidades abaixo relacionadas:

ITEM	QTD.	MED.	DESCRIÇÃO DO ITEM	V.UNIT	TOTAL
2	12	Me	Regente da orquestra de Municipal com no mínimo 25 horas mensais. O trabalho a ser desenvolvido juntamente com o Departamento de Cultura, o profissional é responsável em organizar o local dos ensaios, com instrumentos e demais materiais necessários, preparar o repertório das músicas escolhidas em conjunto com os músicos, escrever músicas novas em programas específicos de partituras (ENCORE) para atualizar o repertório, buscar estimular novos munícipes a estudar instrumentos, organizar mensalmente os horários das aulas, organizar as atas e listas de presença dos músicos em cada ensaio e apresentação, com o respectivo aval do Responsável do Setor e Secretária Municipal de Educação e Cultura. As aulas devem ser desenvolvidas coletivamente e individual por naípe (tipo de instrumento). A orquestra Municipal de Sopros deverá realizar	2.000,00	24.000,00

Ana



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			apresentações em eventos oficiais do Município, bem como realizar apresentações em outras localidades quando convidada.		
3	12	Me	Instrutor de Instrumentos de Sopro no mínimo 15 horas mensais. O profissional deverá iniciar as aulas partindo das características básicas destes instrumentos até chegar às técnicas mais avançadas, onde os instrumentistas conseguem usá-las em uma composição completa. O profissional contratado é responsável juntamente com o Departamento de cultura em organizar o local das aulas, com instrumentos e demais materiais necessários, preparar o repertório das músicas escolhidas em conjunto com os alunos participantes da oficina, organizar mensalmente os horários das aulas, organizar as atas e listas de presença dos alunos em cada ensaio, organizar uma planilha dos ensaios e horários trabalhados para o projeto Acordeom e para os Instrumentos de Sopro, com a assinatura do Profissional responsável e o aval dom Responsável do Setor e Secretária Municipal de Educação e Cultura. As aulas deverão ser desenvolvidas em ensaios individuais e/ou coletivos. O projeto Acordeom e Instrumentos de Sopro deverá realizar apresentações em eventos oficiais do Município quando solicitados, bem como realizar apresentações em outras localidades quando solicitados.	1.000,00	12.000,00
4	12	Me	Aulas de Acordeom no mínimo 60 horas mensais. O profissional deverá iniciar as aulas partindo das características básicas destes instrumentos até chegar às técnicas mais avançadas, onde os instrumentistas conseguem usá-las em uma composição completa. O profissional contratado é responsável juntamente com o Departamento de cultura em organizar o local das aulas, com instrumentos e demais materiais necessários, preparar o repertório das músicas escolhidas em conjunto com os alunos participantes da oficina, organizar mensalmente os horários das aulas, organizar as atas e listas de presença dos alunos em cada ensaio, organizar uma planilha dos ensaios e horários trabalhados para o projeto Acordeom e para os Instrumentos de Sopro, com a assinatura do Profissional responsável e o aval dom Responsável do Setor e Secretária Municipal de Educação e Cultura. As aulas deverão ser	2.000,00	24.000,00



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

	desenvolvidas em ensaios individuais e/ou coletivos. O projeto Acordeom e Instrumentos de Sopro deverá realizar apresentações em eventos oficiais do Município quando solicitados, bem como realizar apresentações em outras localidades quando solicitados.		
--	--	--	--

Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização

Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Presencial nº 027/2019, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem. A fiscalização deste contrato, ficará à cargo da Secretaria Municipal solicitante.

Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira

O valor global a ser praticado contrato será de R\$60.000,00 (sessenta mil reais). O pagamento será efetuado mensalmente até o 5º dia útil do mes subsequente, condicionados ao termo de execução das horas/ aulas efetivamente ministradas, atestado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Apresentar relatório mensal de início e final de cada ensaio, com a hora, data e assinatura do prestador do serviço, atestado pelo secretário da pasta, mais servidor efetivo do Departamento.

- A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Norma de Procedimento Fiscal expedida pela Receita Federal.
- Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número do Contrato e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação de Negativas de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- O pagamento poderá ser efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.
- Os valores mensais constantes da(s) proposta(s) vencedora(s) poderá(ão) ser corrigidos anualmente pelos mesmos índices dos reajustes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro que o vier substituir.

Cláusula quarta - Da Vigência do Contrato e do Crédito Orçamentário

O presente Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura deste Termo Contratual, o qual poderá ser renovado caso haja interesse entre as partes. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:

02.000 – EXECUTIVO MUNICIPAL

02.006 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

Handwritten signature and the number 3.



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

1339212002.024 – AÇÕES CULTURAIS

3.3.90.39.99.99 – 1955 – Demais Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica – Fonte 505

Cláusula Quinta – Direitos e Responsabilidades das Partes:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c) Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.
- d) O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual:

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 3% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- c) Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias.
- c) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar**



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

com a União e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.

Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo

Cláusula Sétima – Da Rescisão:

O presente Contrato poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava – Legislação Aplicável

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e com as alterações subseqüentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Nona – Transmissão de Documentos:

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo, por correio eletrônico ou mediante transmissão de fac-símile. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

Cláusula Décima – Casos Omissos:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações da Contratada:

Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

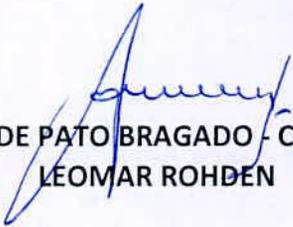
- As aulas deverão ser ministradas em horário e local indicados pela Secretaria de Educação e Cultura;
- No valor mensal devem estar inclusos as despesas de deslocamento do profissional para os ensaios, alimentação, ensaios especiais, número ilimitado de apresentações mensais, cantatas, espetáculos, trabalho de formulação de arranjos, bem como a gravação de clipes, faixas de áudio e mesmo despesas em cursos ou oficinas de capacitação para o regente, que não poderão ser reembolsados dentro do município ou fora dele.
- A fiscalização das aulas a serem ministradas se dará de forma contínua, e ficará a cargo da Secretaria de Cultura, a qual irá orientar e também verificar a completa execução do objeto ora licitado.
- O profissional deverá organizar mensalmente os horários das aulas, as atas e listas de presença dos alunos, juntamente com as assinaturas dos presentes, organizar ainda uma planilha das horas efetivamente trabalhadas e horas atividades desenvolvidas para o projeto em questão.

Cláusula Décima Segunda – Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pato Bragado – PR., em 04 de Abril de 2019


MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE
LEOMAR ROHDEN


CRISTIANO STAADTLOBER - MEI - CONTRATADO